



# **Câmara Municipal de Guzolândia**

**“Deolindo de Souza Lima”**

Av. Paschoal Guzzo, 1087 – CEP 15.355-000 - C.N.P.J. 51.842.326/0001-05  
e\_mail: cm\_guzolandia@yahoo.com.br - Fone/Fax (17) 3637-1102  
Estado de São Paulo

## **EXPEDIENTE DO DIA**

<b>SESSÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>HORA</b>
<b>Sessão Ordinária 06</b>	<b>25/04/2017</b>	<b>20:00</b>

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_27\_/2017**

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA**, Comarca de Auriflamma, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais, etc...

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guzolândia **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 2.º, da Constituição Federal, e no Artigo 215, inciso II da Lei Orgânica do Município de Guzolândia, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2018, compreendendo:

- I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII – as disposições finais.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º.** – As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018, especificadas de acordo com os macroobjetivos estabelecidos no Plano Plurianual 2014-2017, serão detalhadas em anexos de lei específica.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 3º.** - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o exercício a que se refere esta Lei deverá obedecer a disposição constante de legislação específica.

**Art. 4º.** – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º.** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º.** - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**§ 3º.** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 5º.** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município e seus fundos especiais.

**Art. 6º.** - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no Artigo 139 da Lei Orgânica do Município e no artigo 11, seus incisos e parágrafo único, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**§ 1º.** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no Artigo 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei n.º 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II - da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

IV – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

V – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

VII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

VIII – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

IX – da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

X – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XI – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XII – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional n.º 25;

XIII – da receita corrente líquida com base no Artigo 1.º, parágrafo 1.º, inciso IV da Lei Complementar n.º 101/2000;

XIV – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional n.º 29.

**Art. 7º.** - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) **DESPESAS CORRENTES:**  
Pessoal e Encargos Sociais;  
Juros e Encargos da Dívida,  
Outras Despesas Correntes.

b) **DESPESAS DE CAPITAL:**  
Inversões Financeiras;  
Amortização da Dívida;  
Reserva do RPPS;  
Reserva de Contingência.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**Art. 8º.** - O projeto de lei orçamentária do Município de Guzolândia, relativo ao exercício de 2018, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 9º.** - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

**Art. 10** - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 11** – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

**Art. 12** – Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

**Art. 13** – A proposta orçamentária deverá contemplar superávit orçamentário, mesmo que parcial, para liquidar, ainda que progressivamente, eventuais déficits financeiros resultantes de exercícios anteriores.

**Art. 14** – As despesas com publicidade deverão ser destacadas em atividade específica na estrutura programática, sob denominação que permita a sua clara identificação.

**Art. 15** – O Decreto de limitação de empenhos deverá identificar as fontes de receita comprometidas com a queda de arrecadação e estabelecer o contingenciamento da despesa correspondente na mesma proporção da redução verificada, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

**§ 1º.** - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, exceto quando a queda das receitas afetar as bases de cálculo ou limites de comprometimento destas mesmas despesas.

**§ 2º.** - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2001.

**§ 3º.** - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 16** – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

**Art. 17** – A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.

**Art. 18** – Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 19** – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2.º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento:

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais ou estaduais, com objetivos de concluir etapas de uma ação municipal.

**Art. 20** – Poderá ser alocado, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, recursos do Município, destinados a subvenções sociais, contribuições e auxílios, a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público.

**§ 1º.** - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá enquadrar-se nas seguintes condições:

I – possuir certificação junto ao respectivo conselho municipal;

II – aplicar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita total nas atividades-fim;

III – possuir declaração de funcionamento regular, emitida por uma autoridade de outro nível de governo;

IV – que seus dirigentes não sejam agentes políticos municipais, ou que não mantenham, em nome da entidade subvencionada, quaisquer outros vínculos contratuais com o Município.

**Art. 21** – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Artigo 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 22** – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

**Art. 23** – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar ou transferir dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento da despesa.

**Art. 24** – A Lei Orçamentária conterà dotação para “reserva de contingência” no valor de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e abertura de créditos adicionais.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 25** – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

**Art. 26** – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no Artigo 38, da Lei Complementar n.º 101/2000.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 27** - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos Artigos 20 e 22, § único, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas as

exigências previstas nos Artigo 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I – concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreira; e

II – admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

**Art. 28** – Os aumentos de que trata o artigo 27 desta lei, somente poderão ocorrer se houver:

I – prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do artigo 27 desta Lei;

III – observância da legislação vigente no caso do inciso II do artigo 27 desta Lei;

IV – no caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos Artigo 29 e 29-A da Constituição Federal.

**Art. 29** – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o Artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do Chefe do Executivo.

## **CAPITULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 30** – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüentes aumento das receitas próprias.

**Art. 31** – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:



I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade destes impostos;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º. - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita obedecerá o disposto no Artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 2º. - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32** – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 33** – A Lei Orçamentária poderá, nos termos da Constituição Federal, autorizar o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento da despesa, com base na legislação vigente.

**Art. 34** – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**Parágrafo Único** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 35** – Para os efeitos do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3.º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Artigo 24 da Lei n.º 8.666/93.

**Art. 36** – Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8.º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 37** – O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até o dia 30 de junho de 2017, de conformidade com o Artigo 29-A, da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais n.ºs 25 e 58.

**Art. 38** – O Poder Executivo enviará até 31 de agosto de 2017, o projeto de Lei Orçamentária Anual a Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o para sanção.

**Parágrafo Único** – Não sendo devolvido o autógrafo até o final do exercício de 2017, enquanto perdurar esta situação, fica o Poder Executivo autorizado a realizar as despesas fixadas na proposta orçamentária, na proporção de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**Art. 39** – Excepcionalmente, os anexos que compõem a Lei de Diretrizes Orçamentária serão encaminhados em Projeto próprio, juntamente com o Projeto da Lei Orçamentária para 2017.

**Art. 40** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 17 de abril de 2017.

**LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

---

**PARECER n° 03/2017**

**OBJETO: PROJETO DE LEI N° 027/2017 DA MENSAGEM N° 020/2017**

**AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

## **I - RELATÓRIO**

Em 17 de abril de 2017, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Encaminhou o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do município, para o Exercício Financeiro de 2018, conforme Protocolo nº 100/2017, da Câmara Municipal.

Embora sem exigência regimental, o Projeto foi incluído no Expediente da Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2017.

É síntese do necessário.

## **II - DO RELATOR**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é documento indispensável à Administração Financeira do Município. É a peça essencial para que se elabore o Orçamento do Município, com observância aos dispositivos constitucionais, especificamente o artigo 165, § 2º da CF, e da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade da Gestão Fiscal, e a Lei Orgânica do Município.

O Projeto compõe-se de oito capítulos:

Capítulo I: Das Disposições Preliminares;

Capítulo II: Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;

Capítulo III: Da Estrutura e Organização do Orçamento;

Capítulo IV: Das Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento do Município;

Capítulo V: Das Disposições Relativas a Dívida Pública Municipal;

Capítulo VI: Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos;

Capítulo VII: Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária; e

Capítulo VIII: Das Disposições Finais.

Com relação ao projeto em análise, cabe apontar, primeiramente, que a Lei Orgânica do Município, em seu parágrafo 2º do art. 138, estabelece que a LDO.

*“compreenderá as metas e prioridades da administração, observadas as normas constitucionais e demais disposições da legislação específica”.*

Da análise da proposta encaminhada a esta Casa observamos que o projeto atende às exigências da lei, com exceção da apresentação do anexo de metas e prioridades, que não foi incluído nesse instrumento o qual será encaminhado em projeto próprio, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária para 2017. .

Dispõe o Executivo que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2018 especificadas de acordo com os macroobjetivos estabelecidos no plano plurianual 2014-2017, serão detalhados em lei.

Isto posto, observamos que, o projeto contém importantes dispositivos quanto à orientação para a elaboração do orçamento para o exercício de 2018.

Assim a Comissão de Finanças e Orçamento, presentes seus membros, acolheu, por unanimidade, à tramitação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2017.

**A COMISSÃO:**

Cristiano Leonel Barbosa  
**Presidente**

Osvaldo Xavier  
**Relator**

Sebastião Custódio da Silva  
**Membro**

---

**PROJETO DE LEI Nº 28/2017**

**“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA**, Comarca de Auriflama, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guzolândia **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados a manutenção da Educação Infantil, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**Parágrafo Único** – O crédito autorizado pelo “caput” deste artigo será coberto com recursos a que alude o inciso I, II e/ou III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320/64.

**Artigo 2º.** – Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder alterações na Lei nº 1685, de 12 de novembro de 2013- Plano Plurianual e Lei nº 1854, de 30 de maio de 2016- Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

**Artigo 3º.** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 20 de abril de 2017.

Luiz Antonio Pereira de Carvalho  
**Prefeito Municipal**

---

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_29\_\_\_/2017**

**“ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL 1874/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA**, Comarca de Auriflama, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guzolândia **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O artigo 3º da Lei Municipal N.º 1874, de 13 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 3º – Os contribuintes interessados no benefício do parcelamento de débito deverão requerer até o dia 31 de maio de 2017”.*

**Artigo 2º.** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 20 de abril de 2017.

Luiz Antonio Pereira de Carvalho  
**Prefeito Municipal**

---

### **Projeto de Lei Complementar n.º 002 de 2017.**

**“ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA**, Comarca de Auriflama, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guzolândia **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O inciso I do artigo 178, da Lei Complementar Municipal nº 007/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 178.**

***“I – instauração, com publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois ou três servidores efetivos e, simultaneamente, indicando a autoria e a materialidade da transgressão do objeto da apuração.”***

**Artigo 2º** - O artigo 185, da Lei Complementar Municipal nº 007/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Artigo 185. O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta, no mínimo, por três servidores efetivos, presidida por um dos seus membros, os quais deverão ser ocupantes de cargo efetivo com nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.”***

**Artigo 3º.** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 19 de abril de 2017.

Luiz Antonio Pereira de Carvalho  
**Prefeito Municipal**

---

**PARECER nº 02/2017**

**OBJETO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2017, DA MENSAGEM Nº 023/2017.**

**AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

## **I – RELATÓRIO**

Em 20 de abril de 2017, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal encaminhou Projeto de Lei Complementar que altera redação de artigos da Lei Complementar nº 007/2013 e dá outras providências.

Pelo momento, o Projeto em questão vem à Comissão de Justiça e Redação, nos termos regimentais, para a análise relativa ao artigo 59, inciso I, número “1”, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

## **II - DO RELATOR**

O Projeto de Lei sob análise, referente à possibilidade do Executivo Municipal alterar o inciso I do artigo 178 e “caput” do artigo 185 da Lei Complementar nº 002/2017, retirando o termo estáveis da redação dos artigos para incluir o termo efetivos, o que não demonstra qualquer vício de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade, podendo prosseguir seu trâmite normal, a fim de que seja levado a plenário.

Ante o relatado e dado o cumprimento da norma de regência, conforme despacho do Senhor Presidente, a Comissão notamos ser **FAVORÁVEL** à apreciação da propositura apresentada.

Guzolândia, aos 09 de maio de 2017.

---

SIDINEI SOARES DOS REIS

**PRESIDENTE**

---

DONIZETE APARECIDO DA SILVA

**RELATOR**

---

OSVALDO XAVIER

**MEMBRO**

---

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 001/2017**

**“REGULAMENTA E DISCIPLINA O USO DO CARRO OFICIAL DE PROPRIEDADE DA CÂMARA”.**

**A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA**, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**FAZ SABER** que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º**- Esta Resolução regulamenta e disciplina o uso do veículo oficial, marca Chevrolet, Cruze LTZ NB, placa EGI 5105, cor preta, ano 2013 modelo 2013, Chassi 9BGPN69M0DB331005, de propriedade da Câmara Municipal de Guzolândia.

**Artigo 2º**- O veículo oficial da Câmara permanecerá sob a guarda e à disposição da Presidência da Edilidade, podendo, ainda, ser utilizado:

I – para fins de representação da Presidência, da Mesa e do Poder Legislativo;



II – para outras finalidades inerentes às atribuições do Poder Legislativo e de suas respectivas Comissões.

**Parágrafo 1º** - Os pedidos de utilização para os fins dos incisos I e II deverão ser formulados por escrito, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informando o dia e hora para uso do veículo o destino e a finalidade do transporte.

**Parágrafo 2º** - Em casos de reconhecida emergência poderá ser dispensada a observância do prazo mínimo de 24 horas.

**Artigo 3º** - Ficam expressamente proibidos:

I – a condução do veículo por pessoa não habilitada;  
II – o uso do veículo em discordância com o disposto no artigo anterior.

**Artigo 4º** - A autorização expressa a ser emitida pela Presidência conterá o nome do condutor, o destino e o motivo da viagem ou de sua utilização, ainda que por período de pequena duração.

**Artigo 5º** - O abastecimento do veículo dar-se-á mediante autorização da Presidência e/ou mediante autorização dele.

**Artigo 6º** - Eventuais multas aplicadas por excesso de velocidade ou de outras infrações ao disposto no Código Nacional de Trânsito, desde que não decorrentes das condições mecânicas e de conservação do veículo, serão de exclusiva responsabilidade do motorista infrator.

**Artigo 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Gurolândia, em 31 de março de 2017.

Messias de Brito Gondim  
**Presidente**

Sidinei Soares dos Reis  
**Vice-Presidente**

Sidney Carlos Gonçalves  
**1º Secretário**

Oswaldo Xavier  
**2º Secretário**

---

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2017**

### **“CONSTITUI COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO 61º (SEXAGÉSIMO PRIMEIRO) CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS”.**

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA, Comarca de Auriflama, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º** - Fica constituída Comissão de Representação de 03 (três) vereadores, com a finalidade específica de participar do 61º (sexagésimo primeiro) Congresso Estadual de Municípios, que será realizado no Município de Campos do Jordão-SP, no período de 25 a 28 de abril de 2017.

**Artigo 2º** - A Comissão a que se refere o artigo anterior deverá apresentar ao Plenário o relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como a prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias após seu término.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

**Artigo 4º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Guzolândia-SP, 10 de abril de 2017.

Messias de Brito Gondim  
**Presidente**

Sidinei soares dos Reis  
**Vice-Presidente**

Sidney Carlos Gonçalves  
**1º Secretário**

Oswaldo Xavier  
**2º Secretário**

### **JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

A Mesa Diretora, em consonância com o que dispõe o Regimento Interno, propõe o presente Projeto, com a finalidade dos Nobres Pares desta Edilidade poderem participar do 61º (sexagésimo primeira) Congresso Estadual de municípios, a realizar-se no Município de Campos do Jordão-SP, período de 25 a 28 de 2017, que dentre muitos objetivos conta com a aproximação de prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as), dirigentes municipais, para discutir os principais temas que afetam diretamente os municípios, contribuindo com informações que aprimoram a gestão municipal, discutir sua origem, causas e consequências, e buscar caminhos que apontem alternativas para uma boa gestão.

Neste ano o tema do evento será “Gestão Eficiente”.

Dessa forma, pedimos vênias aos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

Messias de Brito Gondim  
**Presidente**

Sidinei Soares dos Reis  
**Vice-Presidente**

Sidney Carlos Gonçalves  
**1º Secretário**

Oswaldo Xavier  
**2º Secretário**

---

**Messias de Brito Gondim**  
**Presidente**